CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS - UNIFIP

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LIDIANE FERREIRA DOS SANTOS

A EFETIVIDADE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

PATOS-PB

2026.1

LIDIÂNE FERREIRA DOS SANTOS

A EFETIVIDADE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. José Santana da Silva Segundo.

PATOS-PB

2026.1

AEFETIVIDADE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

LIDIANEFERREIRADOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia comorequisitoobrigatórioparaobtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. José Santana da Silva Segundo

APROVADOEM:26/05/2026 BANCA

EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE SANTANA DA SILVA SEGUNDO
Data: 03/06/2026 10:41:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.Esp.JoséSantanadaSilva Segundo.
ORIENTADOR

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSIANE CARLA MEDEIROS DE SOUSA
Data: 03/06/2026 10:41:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ProfªMa.JosianeCarlaMedeirosdeSousa MEMBRO I

gov.br Documento assinado digitalmente
DIOGO ARAUJO DOS SANTOS
Data: 03/06/2026 10:45:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.Esp.DiogoAraújodosSantos MEMBRO II

PATOS-PB 2026.1

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER

Biblioteca Central-UNIFIP

Santos , Lidiane Ferreira dos.

S237e A efetividade da gestão democrática na escola pública: desafios e potencialidades da família no processo educativo/ Lidiane Ferreira dos Santos. – Patos – PB: UNIFIP, 2026. 27 f.

Orientador: Prof. Esp. José Santana da Silva Segundo.
TCC (Graduação) – Licenciatura plena em Pedagogia
Centro Universitário de Patos – UNIFIP

1. Gestão democrática. 2. Escola pública. 3. Participação da família. 4. Educação. 5 . Processo educativo .I . Silva Segundo, José Santana da. II. Título.

UNIFIP/BC CDU:37

Francisco das Chagas Leite – Bibliotecário CRB-15/0076

“Educar é transformar realidades e construir futuros.”

“Dedico este trabalho ao meu filho José Gael, razão do meu esforço, da minha força e da minha vontade de vencer todos os dias”

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado em todos os momentos desta jornada, me dando forças quando pensei que não seria capaz e me conduzindo até aqui com bênçãos e proteção. Ao meu filho José Gael, meu maior amor, minha maior inspiração e o principal motivo de eu nunca desistir. Cada passo dado foi também pensando em você, que é a luz da minha vida e a razão do meu esforço diário. Esta conquista é por nós.

Aos meus pais, por todo amor, apoio, cuidado e incentivo ao longo da minha vida. Obrigada por acreditarem em mim, por me ensinarem valores tão importantes e por estarem ao meu lado em cada fase dessa caminhada. Sem vocês, nada disso seria possível. Às minhas amigas da faculdade, que tornaram essa trajetória mais leve, mais humana e mais especial. Obrigada pela parceria, pelas palavras de apoio, pela amizade sincera e pelos momentos compartilhados ao longo do curso. Vocês fizeram toda a diferença.

Ao meu orientador, pela paciência, dedicação, orientação e por compartilhar seus conhecimentos com tanta generosidade. Sua ajuda foi fundamental para a realização deste trabalho e para a conclusão desta etapa tão importante da minha vida. A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este sonho se tornasse realidade, meu mais sincero e profundo agradecimento.

.

A EFETIVIDADE DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Lidiâne Ferreira dos Santos[1]

José Santana da Silva Segundo[2]

RESUMO

A gestão democrática na escola pública constitui um princípio fundamental da educação brasileira, baseado na participação coletiva, no diálogo e na construção compartilhada das decisões escolares. Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade da gestão democrática, destacando os desafios e as potencialidades da participação da família no processo educativo. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Libâneo, Paulo Freire, Paro e Saviani, além de documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Os resultados evidenciaram que a participação da família contribui significativamente para o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade, para a melhoria do desempenho escolar e para a formação cidadã dos estudantes. Entretanto, também foram identificados desafios relacionados às desigualdades sociais, à falta de tempo das famílias, às dificuldades de comunicação e à limitada participação nos espaços decisórios. Conclui-se que a efetivação da gestão democrática depende do compromisso coletivo entre escola, família e comunidade, sendo necessário criar estratégias que promovam maior inclusão, diálogo e participação no ambiente escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática. Escola pública. Participação da família. Educação. Processo educativo.

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Patos – UNIFIP.
[2] Docente do Centro Universitário de Patos – UNIFIP.

ABSTRACT

Democratic management in public schools is a fundamental principle of Brazilian education, based on collective participation, dialogue, and shared decision-making within the school environment. This study aimed to analyze the effectiveness of democratic management, highlighting the challenges and potentialities of family participation in the educational process. The research is characterized as bibliographic with a qualitative approach, based on authors such as Libâneo, Paulo Freire, Paro, and Saviani, as well as legal documents such as the 1988 Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB nº 9.394/96). The results showed that family participation significantly contributes to strengthening the relationship between school and community, improving students' academic performance, and promoting citizenship education. However, challenges related to social inequalities, lack of time for families, communication difficulties, and limited participation in decision-making spaces were also identified. It is concluded that the effectiveness of democratic management depends on the collective commitment between school, family, and community, requiring strategies that encourage greater inclusion, dialogue, and participation within the school environment.

Keywords: Democratic management. Public school. Family participation. Education. Educational process.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social responsável pela formação integral do cidadão, e sua gestão deve refletir os princípios democráticos da sociedade. A gestão democrática, prevista na LDB e em outras legislações educacionais, propõe uma administração participativa e transparente, que valoriza o diálogo e o envolvimento de todos os atores escolares. Apesar dos avanços legais, a prática demonstra que ainda existe um distanciamento entre os princípios democráticos e a realidade vivenciada nas escolas públicas.

Nesse contexto, a gestão educacional na escola pública brasileira enfrenta diversos desafios, sendo a gestão democrática uma das abordagens mais relevantes para a melhoria da qualidade do ensino. A participação da comunidade escolar, especialmente das famílias, é fundamental para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

A gestão democrática é um princípio fundamental da educação brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Ela estabelece que a escola pública deve ser um espaço de participação coletiva, em que gestores, professores, alunos e famílias compartilham responsabilidades e decisões. Apesar de sua importância teórica e legal, sua efetivação ainda enfrenta desafios práticos no cotidiano das escolas públicas.

Nessa perspectiva, a participação da família no ambiente escolar constitui um dos pilares desse modelo de gestão, pois contribui para o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade. A realidade demonstra que muitas instituições ainda encontram dificuldades para envolver os pais e responsáveis nas decisões pedagógicas e administrativas, seja por falta de tempo, desconhecimento sobre o funcionamento escolar ou limitações na comunicação entre escola e família.

Além disso, a efetividade desse modelo enfrenta desafios significativos no contexto das escolas públicas, especialmente no que se refere à participação da família no processo educativo. Embora as políticas públicas incentivem o envolvimento da comunidade, ainda persistem barreiras relacionadas às desigualdades sociais, à falta de tempo dos responsáveis e à ausência de canais permanentes de diálogo entre escola e família.

Diante desse cenário, este trabalho propõe analisar como a gestão democrática pode ser efetivada na escola pública, destacando os desafios e as potencialidades da participação familiar. A pesquisa tem caráter bibliográfico, fundamentada em autores como Libâneo (2004), Paro (2001), Lück (2009), Freire (1996) e Saviani (2008), além de documentos legais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Assim, busca-se compreender de que maneira a participação da família pode influenciar positivamente o processo educativo, identificando fatores que favorecem ou dificultam essa prática e discutindo suas implicações para o desenvolvimento institucional e para a formação dos estudantes.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E LEGAIS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

A gestão democrática na escola pública constitui-se como um dos princípios fundamentais da educação brasileira, estando diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa, participativa e igualitária. Esse modelo de gestão baseia-se na participação ativa e coletiva dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, tais como gestores, professores, estudantes, funcionários e famílias, promovendo uma dinâmica organizacional pautada no diálogo, na transparência e na corresponsabilidade.

Historicamente, a gestão escolar no Brasil foi marcada por práticas centralizadoras e autoritárias, nas quais as decisões eram tomadas de forma vertical, sem a participação da comunidade escolar. Esse modelo tradicional limitava a autonomia da escola e dificultava a construção de um ambiente educativo democrático. Com as transformações sociais e políticas ocorridas ao longo do tempo, especialmente a partir da redemocratização do país, surgiu a necessidade de repensar a organização da escola, dando espaço à participação coletiva e à descentralização do poder.

Nesse contexto, a gestão democrática emerge como uma proposta que rompe com esse modelo hierarquizado, promovendo a valorização da pluralidade de vozes e o reconhecimento da escola como um espaço social dinâmico e coletivo. De acordo com Libâneo (2004), a gestão democrática implica a participação efetiva da comunidade escolar na organização e no funcionamento da instituição, o que contribui significativamente para a melhoria da qualidade do ensino. Para o autor, a escola deve ser compreendida como um ambiente em constante construção, no qual as decisões são tomadas de forma compartilhada, considerando as necessidades e especificidades dos sujeitos envolvidos.

A autonomia escolar é um dos elementos centrais da gestão democrática. No entanto, essa autonomia não deve ser entendida como independência isolada, mas como a capacidade de a escola tomar decisões coletivas, fundamentadas na realidade local e nas demandas da comunidade. Nesse sentido, a gestão democrática possibilita que a escola se adapte às diferentes

realidades sociais, culturais e econômicas, promovendo uma educação mais equitativa e inclusiva.

Outro aspecto fundamental desse modelo é a participação efetiva dos diferentes atores escolares. A pluralidade de vozes contribui para a construção de um ambiente mais democrático, no qual diferentes perspectivas são consideradas nos processos decisórios. Essa participação fortalece o protagonismo dos sujeitos e promove o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade coletiva, na qual todos se reconhecem como parte integrante do processo educativo.

No âmbito legal, a gestão democrática encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, que representa um marco importante na consolidação dos direitos sociais no Brasil. Em seu artigo 206, a Constituição estabelece a gestão democrática do ensino público como um dos princípios fundamentais da educação nacional. Esse dispositivo legal evidencia o compromisso do Estado com a construção de uma educação baseada na participação e na igualdade de oportunidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) também reforça esse princípio, especialmente em seu artigo 14, ao destacar a necessidade da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto político-pedagógico. A LDB reconhece que a gestão democrática não se limita à organização administrativa da escola, mas envolve também a construção coletiva das práticas pedagógicas, fortalecendo a identidade da instituição.

Além da Constituição e da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) contribui para a ampliação dessa discussão ao estabelecer a educação como um direito fundamental, que deve ser garantido com a participação da família e da sociedade. O ECA destaca a corresponsabilidade entre Estado, escola e família na formação das crianças e adolescentes, reforçando a importância do envolvimento dos responsáveis no processo educativo.

Sob a perspectiva teórica, Paulo Freire (1996) apresenta contribuições fundamentais para a compreensão da gestão democrática. Para o autor, a educação deve ser construída por meio do diálogo, da escuta e da participação ativa dos sujeitos. Freire defende uma prática educativa libertadora, na qual professores e alunos aprendem juntos, em um processo de troca de saberes.

Nesse sentido, a gestão democrática está diretamente relacionada à construção de uma educação crítica, que valoriza a autonomia e o protagonismo dos indivíduos.

Da mesma forma, Paro (2001) destaca que a democratização da gestão escolar depende da efetiva participação da comunidade nos processos decisórios. Para o autor, não basta a existência de mecanismos formais de participação; é necessário que esses espaços sejam realmente utilizados e que os sujeitos tenham condições de influenciar as decisões. A descentralização do poder, nesse contexto, é um elemento essencial para a construção de uma gestão verdadeiramente democrática.

Outro ponto relevante refere-se ao papel da gestão democrática na formação da cidadania. Ao participar das decisões escolares, os sujeitos desenvolvem habilidades como argumentação, responsabilidade e respeito às diferenças, que são fundamentais para a vida em sociedade. Dessa forma, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e passa a atuar como um ambiente de formação social e política.

Além disso, a gestão democrática contribui para a construção de uma cultura institucional baseada na colaboração e na confiança. Quando há participação efetiva, os vínculos entre os membros da comunidade escolar se fortalecem, favorecendo um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento dos estudantes. Esse aspecto é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a escola desempenha um papel ainda mais significativo na vida dos alunos.

Entretanto, é importante destacar que a efetivação da gestão democrática ainda enfrenta desafios no cotidiano das escolas públicas. Muitas vezes, a participação ocorre de forma limitada ou superficial, restrita a momentos específicos, como reuniões ou eventos. Isso evidencia a necessidade de transformar a participação em uma prática contínua e significativa, integrada ao funcionamento da escola.

Dessa forma, a gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um princípio legal ou teórico, mas como uma prática cotidiana que exige compromisso, diálogo e abertura por parte de todos os envolvidos. Sua efetivação depende da criação de condições reais para a participação, bem como do reconhecimento da importância da colaboração na construção de uma educação de qualidade.

Em síntese, a gestão democrática representa um avanço significativo na organização da escola pública, ao promover a participação, a autonomia e a construção coletiva das decisões. Fundamentada em princípios legais e teóricos sólidos, ela se configura como um instrumento essencial para a transformação da educação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos.

2. DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A participação da família na gestão democrática da escola pública é amplamente reconhecida como um elemento essencial para o fortalecimento do processo educativo. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta diversos desafios que dificultam o envolvimento ativo dos responsáveis no cotidiano escolar. Esses desafios estão relacionados a fatores socioeconômicos, culturais, institucionais e comunicacionais, exigindo uma análise mais aprofundada para sua compreensão.

Um dos principais obstáculos refere-se às condições socioeconômicas das famílias. Muitos responsáveis enfrentam jornadas de trabalho extensas, muitas vezes em mais de um emprego, o que limita significativamente o tempo disponível para participar de reuniões, eventos e atividades escolares. Além disso, a instabilidade financeira e a necessidade de priorizar a subsistência acabam colocando a participação escolar em segundo plano. Nesse sentido, conforme Paro (2001), a ausência da família na escola não deve ser interpretada como desinteresse, mas como reflexo das condições sociais que dificultam sua presença efetiva.

Outro fator relevante está relacionado ao acesso desigual aos meios de comunicação. Em muitas realidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, as famílias não possuem acesso adequado à internet ou a dispositivos tecnológicos, o que dificulta a comunicação com a escola, principalmente quando esta utiliza meios digitais como principal forma de contato. Essa limitação amplia o distanciamento entre escola e família, comprometendo o fluxo de informações e o engajamento dos responsáveis.

Além das questões socioeconômicas, os fatores culturais também desempenham um papel importante nesse processo. Muitas famílias não se sentem pertencentes ao espaço escolar ou não reconhecem sua importância na participação das decisões pedagógicas e administrativas. Esse sentimento pode estar associado a experiências escolares anteriores negativas ou à percepção de que a escola é um espaço exclusivo dos profissionais da educação. Dessa forma, cria-se uma barreira simbólica que dificulta o envolvimento dos responsáveis.

Outro aspecto que merece destaque é a chamada “insegurança participativa”, especialmente entre famílias com menor nível de escolaridade. Muitos responsáveis acreditam não possuir conhecimento suficiente para contribuir com o ambiente escolar, o que gera receio e afastamento. Essa situação evidencia a necessidade de uma formação voltada para a conscientização das famílias, possibilitando que compreendam que sua participação vai além do conhecimento técnico, envolvendo também experiências de vida e valores.

A comunicação entre escola e família também se configura como um desafio significativo. Em muitas instituições, os canais de comunicação são limitados, pouco eficazes ou pouco acessíveis, o que dificulta a troca de informações. Além disso, a linguagem utilizada pela escola nem sempre é clara ou inclusiva, o que pode gerar incompreensões e desinteresse por parte das famílias. A falta de uma comunicação dialógica e acolhedora contribui para o distanciamento entre os dois agentes educativos.

Outro problema recorrente está relacionado à forma como os espaços de participação são organizados. Muitas vezes, reuniões escolares são marcadas em horários incompatíveis com a rotina das famílias, o que impede a presença dos responsáveis. Além disso, esses encontros, quando ocorrem, tendem a ser pouco participativos, limitando-se à transmissão de informações, sem promover o diálogo e a escuta ativa. Dessa forma, a participação torna-se superficial e pouco significativa.

De acordo com Libâneo (2004), a participação só se concretiza quando existem condições reais para que os sujeitos possam se expressar e influenciar nas decisões. Isso significa que não basta criar espaços formais de participação, como conselhos escolares ou reuniões; é necessário garantir que esses espaços sejam efetivamente acessíveis, democráticos e acolhedores.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que a escola desenvolva estratégias que favoreçam a participação da família, superando os desafios existentes. Entre essas estratégias, destacam-se a flexibilização de horários, a utilização de diferentes meios de comunicação (presenciais e digitais), a promoção de reuniões mais dinâmicas e participativas, bem como a criação de espaços de escuta e acolhimento.

Além disso, é importante investir em ações de conscientização que valorizem a participação familiar, demonstrando sua importância para o desenvolvimento dos estudantes. A escola deve assumir uma postura ativa na aproximação com as famílias, reconhecendo suas limitações e potencialidades, e construindo uma relação baseada no respeito, na confiança e no diálogo.

Portanto, compreender os desafios da participação da família na gestão democrática é essencial para a construção de práticas educativas mais inclusivas e eficazes. A superação desses obstáculos exige um esforço conjunto entre escola e comunidade, pautado na criação de condições reais de participação e no fortalecimento das relações entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

3. Potencialidades da participação da família no fortalecimento da gestão democrática

A participação da família no contexto escolar representa um elemento fundamental para o fortalecimento da gestão democrática, contribuindo de maneira significativa para a melhoria da qualidade da educação e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Quando essa participação ocorre de forma efetiva, ela potencializa não apenas os resultados acadêmicos, mas também os aspectos sociais, emocionais e culturais envolvidos no processo educativo.

Uma das principais potencialidades da participação familiar está relacionada ao desempenho escolar dos alunos. Diversos estudos apontam que estudantes cujas famílias acompanham sua trajetória escolar tendem a apresentar melhores resultados acadêmicos, maior

interesse pelos estudos e menor índice de evasão. Isso ocorre porque o envolvimento familiar contribui para a construção de uma rotina de estudos mais organizada, além de reforçar a importância da educação no cotidiano dos alunos.

Nesse sentido, Saviani (2008) destaca que a educação é um processo social que depende da interação entre diferentes sujeitos, sendo a família um dos principais agentes formadores. A articulação entre escola e família possibilita a construção de uma aprendizagem mais significativa, na medida em que conecta os conhecimentos escolares às experiências vividas pelos estudantes em seu contexto social.

Outra potencialidade importante refere-se ao fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade. Quando a família participa ativamente da vida escolar, cria-se uma relação de confiança e parceria que favorece o desenvolvimento de um ambiente educativo mais acolhedor e colaborativo. Essa aproximação permite que a escola compreenda melhor a realidade dos alunos, adaptando suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada contexto.

Além disso, a participação da família contribui para a promoção de valores essenciais à formação cidadã, como respeito, responsabilidade, solidariedade e cooperação. Esses valores são construídos de forma mais consistente quando há coerência entre os ensinamentos da escola e as práticas vivenciadas no ambiente familiar. Dessa forma, a parceria entre escola e família fortalece o processo de formação ética e social dos estudantes.

Outro aspecto relevante está relacionado à melhoria do clima escolar. A presença da família na escola tende a reduzir conflitos, aumentar o senso de pertencimento e fortalecer as relações interpessoais. Quando os alunos percebem que seus responsáveis estão envolvidos com sua educação, sentem-se mais valorizados e motivados, o que impacta positivamente seu comportamento e desempenho.

Do ponto de vista da gestão democrática, a participação familiar amplia a pluralidade de ideias e contribuições nos processos decisórios. A diversidade de opiniões enriquece o debate e favorece a construção de soluções mais adequadas às demandas da comunidade escolar. Conforme Libâneo (2004), a gestão democrática pressupõe a participação coletiva, sendo essencial considerar as diferentes vozes presentes no contexto educativo.

Freire (1996) também enfatiza a importância do diálogo como base das relações educativas. Para o autor, a construção do conhecimento ocorre por meio da interação entre os sujeitos, sendo a participação um elemento central nesse processo. Dessa forma, a presença da família na escola fortalece a prática dialógica, contribuindo para a construção de uma educação mais crítica e reflexiva.

Outro ponto de destaque é o desenvolvimento do protagonismo dos estudantes. Quando a família participa ativamente da vida escolar, os alunos tendem a assumir uma postura mais responsável em relação aos seus estudos. Esse protagonismo é fundamental para a formação de sujeitos autônomos, capazes de tomar decisões e atuar de forma crítica na sociedade.

Além disso, a participação da família contribui para a transparência das ações escolares. Ao acompanhar as atividades e decisões da escola, os responsáveis passam a compreender melhor o funcionamento da instituição, o que fortalece a confiança e legitima as práticas

desenvolvidas. Essa transparência é um dos pilares da gestão democrática, pois garante que as decisões sejam tomadas de forma coletiva e responsável.

É importante destacar que a participação familiar não deve ser limitada a momentos pontuais, como reuniões ou eventos escolares. Para que suas potencialidades sejam plenamente aproveitadas, é necessário que essa participação ocorra de forma contínua e integrada ao cotidiano da escola. Isso exige a criação de espaços permanentes de diálogo e colaboração, nos quais a família possa se expressar e contribuir ativamente.

Diante disso, cabe à escola desenvolver estratégias que incentivem e valorizem a participação da família, criando um ambiente acolhedor e acessível. A utilização de diferentes canais de comunicação, a realização de atividades participativas e a valorização das contribuições das famílias são ações que podem fortalecer esse vínculo.

Portanto, a participação da família configura-se como um elemento essencial para o fortalecimento da gestão democrática, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva, participativa e comprometida com a formação integral dos estudantes. Suas potencialidades evidenciam que a parceria entre escola e família é indispensável para a promoção de uma educação de qualidade.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, pois buscou compreender a gestão democrática na escola pública e a participação da família nesse processo a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e produções acadêmicas sobre a temática. Esse tipo de estudo permite interpretar e relacionar diferentes contribuições teóricas, favorecendo uma reflexão mais aprofundada sobre o objeto investigado.

Para a fundamentação teórica, foram utilizados autores como Libâneo, Paulo Freire e Henrique Paro, além de documentos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que sustentam o princípio da gestão democrática na educação pública. Também foram considerados estudos que abordam a relação entre escola e família, a participação da comunidade escolar e os desafios para a efetivação de práticas democráticas no ambiente educacional.

A seleção do material ocorreu por meio de leitura e análise de obras relacionadas ao tema, com o objetivo de identificar conceitos, fundamentos e desafios ligados à gestão democrática e à participação familiar. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e a realidade da escola pública brasileira

Assim, a metodologia adotada possibilitou compreender que a gestão democrática não se restringe a um princípio previsto em lei, mas constitui uma prática cotidiana baseada no diálogo, na participação e na cooperação entre os sujeitos da comunidade escolar.

3. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa demonstram que a participação da família exerce influência significativa no fortalecimento da gestão democrática e no desenvolvimento do processo educativo. A análise bibliográfica permitiu identificar benefícios relacionados ao desempenho escolar, à comunicação entre escola e família e ao fortalecimento da participação coletiva, bem como os principais desafios enfrentados pelas instituições públicas de ensino.

TABELA 1. BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Aspectos analisados	Resultados observados
Desempenho escolar	Melhoria no rendimento e maior interesse pelos estudos
Comportamento dos alunos	Redução de conflitos e aumento da disciplina
Relação escola-família	Fortalecimento do diálogo e da confiança
Participação escolar	Maior envolvimento em reuniões e projetos
Formação cidadã	Desenvolvimento da responsabilidade e autonomia

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os dados apresentados na Tabela 1 demonstram que a participação da família exerce influência positiva em diferentes aspectos do processo educativo. Observa-se que o acompanhamento familiar contribui para a melhoria do desempenho escolar, favorecendo maior interesse dos estudantes pelas atividades pedagógicas. Além disso, o fortalecimento do diálogo entre escola e família promove um ambiente mais colaborativo, refletindo na redução de conflitos e no desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia dos alunos.

Esses resultados corroboram as contribuições de Paro (2001) e Libâneo (2004), que defendem a participação coletiva como elemento essencial para a construção de uma gestão democrática efetiva. Quando a família acompanha a vida escolar dos estudantes, cria-se uma rede de apoio que favorece tanto a aprendizagem quanto a formação cidadã.

TABELA 2. PRINCIPAIS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Desafios identificados	Impactos na gestão democrática
Falta de tempo das famílias	Baixa presença em reuniões escolares
Dificuldades de comunicação	Distanciamento entre escola e responsáveis
Desigualdades socioeconômicas	Limitação da participação coletiva
Exclusão digital	Dificuldade de acesso às informações escolares
Falta de acolhimento escolar	Desmotivação para participação

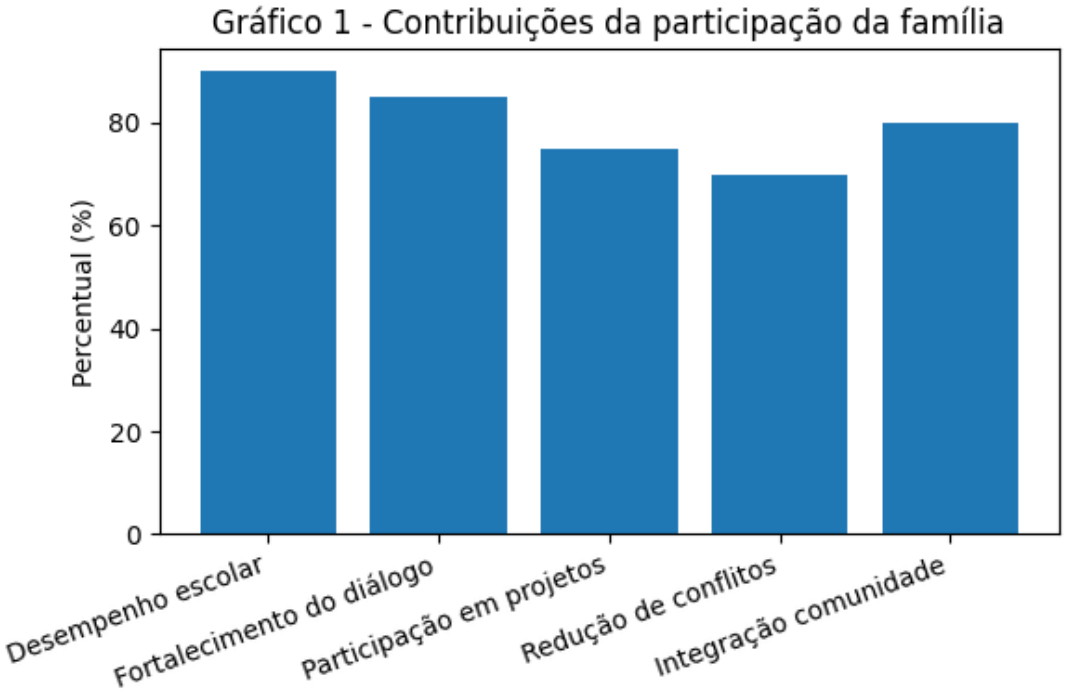
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Tabela 2 evidencia que a participação familiar ainda encontra obstáculos significativos no contexto das escolas públicas. Entre os principais desafios identificados estão a falta de tempo

dos responsáveis, as dificuldades de comunicação entre escola e família, as desigualdades socioeconômicas e a exclusão digital. Esses fatores limitam o envolvimento dos familiares nas atividades escolares e dificultam sua participação nos espaços de decisão.

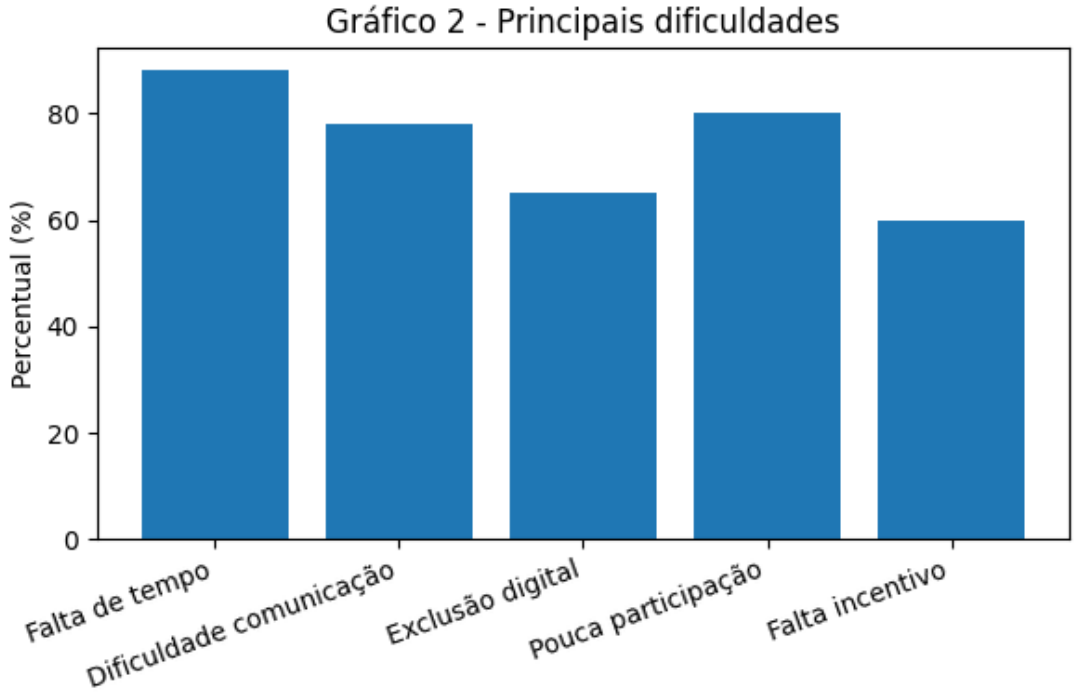
Nesse sentido, os resultados demonstram que a existência de mecanismos de participação não garante, por si só, uma gestão democrática efetiva. É necessário que a escola desenvolva estratégias capazes de aproximar as famílias do ambiente escolar, promovendo espaços de diálogo, acolhimento e participação ativa.

GRÁFICO 1. CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA



Fonte: Dados organizados pela autora com base na pesquisa bibliográfica (2026).

GRÁFICO 2. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS ESCOLAS



Fonte: Dados organizados pela autora com base na pesquisa bibliográfica (2026).

Os gráficos apresentados reforçam os resultados identificados na pesquisa bibliográfica, evidenciando que a participação da família contribui significativamente para o fortalecimento da gestão democrática e para a melhoria da qualidade da educação. Ao mesmo tempo, demonstram que fatores sociais, econômicos e comunicacionais ainda representam desafios importantes para a consolidação dessa parceria.

Dessa forma, torna-se fundamental que as instituições escolares ampliem as oportunidades de participação das famílias, valorizando suas contribuições e promovendo ações que fortaleçam os vínculos entre escola e comunidade. A efetivação da gestão democrática depende do compromisso coletivo entre gestores, professores, estudantes e familiares, em um processo contínuo de diálogo e cooperação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática constitui um dos princípios fundamentais da educação pública brasileira, sendo essencial para a construção de uma escola participativa, inclusiva e comprometida com a formação cidadã dos estudantes. Este estudo evidenciou que sua efetivação depende da participação coletiva dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, com destaque para a família, elemento indispensável ao fortalecimento do processo educativo.

Mais do que um princípio previsto na Constituição Federal de 1988 e na LDB, a gestão democrática deve ser compreendida como uma prática cotidiana, sustentada pelo diálogo, pela cooperação, pela descentralização das decisões e pela valorização da participação social no ambiente escolar. Nesse sentido, as contribuições de autores como Libâneo, Paulo Freire e Henrique Paro reforçam a escola como espaço de construção coletiva do conhecimento, da autonomia e da cidadania.

A análise realizada apontou desafios importantes para a participação familiar na gestão escolar, entre os quais se destacam as desigualdades socioeconômicas, a falta de tempo dos responsáveis, as dificuldades de comunicação, a exclusão digital e a ausência de uma cultura participativa em algumas instituições. Observou-se, ainda, que muitas famílias não se sentem acolhidas ou preparadas para participar das decisões escolares, o que reforça a necessidade de práticas mais inclusivas por parte da gestão.

Apesar desses obstáculos, a pesquisa também demonstrou que a participação da família apresenta contribuições significativas para o fortalecimento da gestão democrática e para a melhoria da qualidade da educação pública. Quando escola e família atuam de forma integrada, os estudantes tendem a apresentar maior engajamento, melhor desempenho e desenvolvimento mais amplo de dimensões sociais, emocionais e cidadãs.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do diálogo na consolidação das relações escolares. A presença ativa das famílias em reuniões, conselhos escolares, projetos pedagógicos e demais espaços coletivos favorece a democratização das decisões e amplia o sentimento de

pertencimento à escola. Dessa forma, a gestão democrática ultrapassa a dimensão administrativa e se afirma como uma prática social baseada na escuta, na participação e na construção coletiva.

Diante disso, torna-se fundamental que as escolas públicas desenvolvam estratégias capazes de ampliar e incentivar a participação familiar no cotidiano escolar, como a criação de espaços acolhedores, o uso de meios tecnológicos de comunicação, a realização de projetos integradores e o fortalecimento dos conselhos escolares. Além disso, é necessário reconhecer e valorizar os saberes, as experiências e as contribuições das famílias no processo educativo.

Portanto, conclui-se que a efetivação da gestão democrática na escola pública depende do compromisso coletivo entre gestores, professores, estudantes, famílias e sociedade. Fortalecer essa parceria significa investir em uma educação mais humana, participativa e transformadora, capaz de formar cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

MEC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

ANEXOS

CONDIÇÕESPARASUBMISSÃO-OBOLETIMDEASSUNTOSATUAIS(BOCA)

Como parte do processo de submissão, osautoressão obrigadosaverificaraconformidadeda submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Fluxo desubmissão eavaliação(identificarem comentáriosao editor):
  a) FluxoNormal:enviogratuito(180diasúteis ouconforme fila).Limitadoa 1textoa cada 12meses.
  b) Fast Track:R$300(estimativa de30dias úteis).
  c) FastTrackUrgente:R$600(3diasúteis.Consultardisponibilidade).
- Acontribuição éoriginale inédita,e nãoestá sendoavaliada parapublicação poroutrarevista.
- Oarquivoda submissão está emformatoMicrosoftWord(docx ou doc)
- Omanuscritonãocontémidentificação autoral.
- Mapeamentodoestadoarteinternacional,clássico(elevadonúmerodecitações)erecente(últimos3 anos), com uso de publicações com diversidade linguística.
- Otexto está em espaço simples; Times New Roman, usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vezdesublinhado(excetoemendereçosURL);asfigurasetabelasestãoinseridasnotexto,nãonofinal dodocumentonaformadeanexos. NúmerodePáginas: a) Ensaios: 10a15páginas; b)Artigos: 12a25 páginas; c) Resenhas: 3 a 5 páginas.
- OtextosegueospadrõesdeestiloerequisitosbibliográficosdescritosnasDiretrizesparaAutores,na página Sobre a Revista.

FORMATAÇÃO

1) Configuraçõesdepágina:TimesNewRoman,12,espaçamentosimples

2) NúmerodePáginas:a)Ensaios:10a15páginas;b) Artigos:12a25páginas;c)Resenhas:3a5 páginas.

SEÇÕESOBRIGATÓRIAS(ARTIGOS,ENSAIOSERESENHAS)

1) RESUMO(palavraschaveem ordem alfabética)
2) ABSTRACT(keywordsem ordemalfabética)
3) REFERÊNCIAS(roteirodeinstruções abaixo)

REVISÃO DASREFERÊNCIAS

1) LIVROS
SOBRENOME,Nome.Títulodolivro.Cidade:Editora,ano.(semidentificaçãodeediçãoounúmero de páginas).

exemplo:

FREIRE,P.Aeducaçãonacidade.SãoPaulo:EditoraCortez,1991.

2) ARTIGOSEM PERIÓDICOS

SOBRENOME,Nome.“Títulodoartigo”.TítulodaRevista,vol. X,n.Y,mêsZ,ano.(sem identificação de número de páginas).

exemplo:

COELHO,R.A.;PEREIRA,B.D.“Funçãodeproduçãoagrícolaagregada:EstadodeMatoGrossoem 1996 e 2006”. Revista Espacios, vol. 26, n. 2, dezembro, 2015.

3) ANAISDECONGRESSOS
SOBRENOME,Nome.“TítulodoArtigo”.TítulodosAnaisdeCongresso.Cidade:Editora,ano. exemplo:

SILVA,J.C.“Arelaçãoprofessor-anuloemsaladeaula”.AnaisdoXCongressodeestratégias educacionais. Florianópolis: UFSC, 2007.

DOCUMENTOS/LEGISLAÇÃO

ÓRGÃO.Documento.Cidade:SiglaдoÓrgão,Ano.Disponívelem:<Linkcurto>.Acessoem: dia/mês/ano.

exemplo:

BRASIL.ConstituiçãodaRepúblicaFederativodoBrasil.Brasília:Planalto, 1988.Disponívelem:

. Acessoem: 10/11/2015.

IBGE–InstitutoBrasileirodeGeografiaeEstatística.CensoDemográficode2010.RiodeJaneiro: IBGE, 2010. Disponível em: . Acesso em: 10/12/2015.

4) TCCs,DISSERTAÇÕESETESES

SOBRENOME,Nomedoautor.TítulodoTrabalho(TrabalhodeConclusãodeCursodeGraduaçãoem Área). Cidade: Sigla da Universidade, ano.

SOBRENOME,Nomedoautor.TítulodoTrabalho(TrabalhodeConclusãodeCursode Especialização em Área). Cidade: Sigla da Universidade, ano.

SOBRENOME,Nomedoautor.TítulodoTrabalho(DissertaçãodeMestradoemÁrea).Cidade:Sigla da Universidade, ano.

SOBRENOME,Nomedoautor.TítulodoTrabalho(TesedeDoutoradoemÁrea).Cidade:Siglada Universidade, ano.

exemplo:

FAGUNDES, F. C. R. As políticas de segurança e defesa para a fronteira brasileira como estratégia territorialestatal:umaabordageminterinstitucionaldeseuprocessodecisório(TesedeDoutoradoe m Geografia). Porto Alegre: UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, H. V. Cultura popular e festejos do Boa Vista Junina: um estudo na perspectiva da folkcomunicação(TrabalhodeConclusãodeCursodeGraduaçãoemComunicaçãoSocial).BoaVista: UFRR, 2019.

5) TEXTOSDAINTERNET

SOBRENOME, Nomedoautor.“Títulodotexto”.PortalEletrônicoX[dia/mês/ano]. Disponívelem: . Acesso em: dia/mês/ano.

exemplo:

ATRIBUNA.“PFApreendenoAeroportodeGuarulhosquase15kgdeDrogas”.ATribunaOnline [24/07/2017]. Disponível em: . Acesso em: 10/08/2019.

SANTOS,G.“ContrabandogeranoBrasilperdasdeatéR$100bilhõesporano”. FolhadeSãoPaulo [03/03/2015]. Disponível em: . Acesso em: 10/09/2019.